

Jornal do Professor

Adufg
SINDICATO

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO II – Nº 10 – OUTUBRO/NOVEMBRO DE 2013

EDITORIAL

O Jornal do Professor faz aniversário

O projeto do **Jornal do Professor** nasceu com um objetivo bem específico. Colocar professores e professoras em comunicação com colegas da UFG. É um projeto ambicioso, inovador, porque sendo uma publicação da Adufg Sindicato assumiu uma missão acadêmica, acima das questões inerentes ao cotidiano dos sindicatos. Propôs e cumpriu o seu mandato: ser um veículo de debate democrático entre docentes.

A execução do projeto de mídia democrática, em que as várias correntes de opinião se manifestam, é um trabalho difícil de ser realizado no cotidiano da sua produção. Conseguiu-se o mais importante, existir e consolidar o pensamento contraditório ao longo destes doze meses. A diretoria da Adufg, como responsável pela concepção do **Jornal do Professor**, assumiu a responsabilidade de que esta mídia deve existir, expressando o conjunto do pensamento político, científico e técnico-profissional dos docentes da universidade. Ser um órgão de pensamento plural.

A nossa alegria é que os servidores, de todas as tendências políticas, têm apoiado o projeto do **JP**, que se tornou em pouco tempo uma instituição assumida pelo conjunto da academia. O mérito do jornal é o equilíbrio, constatamos em conversas durante a Festa do Professor, na Sede Campestre da Adufg, em outubro (*páginas 6 e 7*). Esse é o nosso maior presente de aniversário.

Muito obrigado aos professores e professoras da Universidade Federal de Goiás.

GOSTARIA que o **JP** atingisse maior número de pessoas, não só professores. Escrever pra gente mesmo é uma coisa. Escrever pra população é outra, ela tem que ter acesso. Minha sugestão é que o jornal fosse acessado em locais estratégicos, multiplicadores, escolas, consultórios, por exemplo. Acho que chega lá.

Mário Approbato, professor da Faculdade de Medicina.

Más condições de trabalho atingem toda universidade

Frederico Oliveira



Augusto Figueiredo, Ana Cristina e Paulo Cesar, do ICB IV: insatisfação

Adicionais injustos e sucateamento geram insatisfações na UFG

★
Docentes e técnicos se unem para pressionar a administração

★
Comissão do Consuni propõe soluções aos problemas

Páginas 8 e 9

Os sentidos do silêncio

Macloys Aquino



Mariângela Estelita, a “Sorriso”, da Faculdade de Letras, elabora sistema de escrita da Língua Brasileira de Sinais (Libras) – a ELiS – cada vez mais difundido entre surdos em todo Brasil. Ela e a professora Edna Misseno, da Faculdade de Educação, falam dos desafios na área. **Páginas 10 e 11**

IARA BARRETO

Macloys Aquino



Solidariedade como biografia

Fundadora da Faculdade de Nutrição, a carioca Iara Barreto dedica a vida à educação. Ela resgata episódios quando acolheu em sua casa, junto da família, estudantes carentes e que graças aos seus cuidados se formaram e alcançaram status social. **Página 16**

O salto de cinema de Lisandro

Páginas 14 e 15

CATALÃO ENVOLVIDO NA MATEMÁTICA **Página 12**

PRÓ-REITORIAS: QUEM SAI, QUEM ENTRA **Página 4**



CARTAS

Reitoria justifica decisão de não expulsar agressores

Em relação aos fatos noticiados nos meios de comunicação e redes sociais, sobre os estudantes portugueses (veja reprodução ao lado) esclarecemos o seguinte:

- 1) Nesse caso foram encaminhados dois procedimentos:
 - a) no âmbito judicial: denúncia perante a Polícia Civil e tramitação de processo perante o 4º Juizado Especial Criminal da Comarca de Goiânia;
 - b) no âmbito da UFG: instauração de processo administrativo de sindicância e processo administrativo disciplinar.
- 2) Após representação de agressão física e injúria do estudante da UFG à Polícia, o caso tramitou no 4º Juizado Especial Criminal de Goiânia. O estudante constituiu advogada nos autos para representá-lo e, depois de duas audiências, foi proferida sentença homologatória na Justiça com pedido de desculpas e pagamento de R\$ 2.750,00 por danos materiais e morais. A sentença homologatória, com transação penal, do 4º Juizado Especial Criminal de Goiânia extinguiu a punibilidade dos estudantes do Instituto Politécnico de Bragança, e, com isso, elidiu qualquer outra penalização criminal (a homologação do acordo acarretou a renúncia ao direito de queixa ou representação).
- 3) No âmbito da UFG, o processo não é criminal, mas administrativo e foi considerado o seguinte:
 - a) A decisão proferida no processo administrativo n.º 23070.002061/2013-14 e que resultou na aplicação da penalidade de repreensão escrita aos estudantes do Instituto Politécnico de Bragança (IPB) deve ser analisada dentro do contexto fático do procedimento e dos seus fundamentos jurídicos.
 - b) Quando da decisão sobre a aplicação de penalidade aos estudantes do IPB, por força do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, a autoridade competente levou em consideração as atenuantes que envolveram os fatos que se encontravam em apuração.
 - c) Nessa perspectiva, em razão da transação penal estabelecida entre os estudantes do IPB e o estudante da UFG, por meio de advogada constituída, consoante sentença homologatória juntada ao procedimento e que levou a extinção da punibilidade dos estudantes do IPB; em face do pedido formal de desculpas por parte dos estudantes do IPB à UFG e ao estudante da UFG, também anexadas ao procedimento; em atenção ao ressarcimento do erário pelo estudante do IPB, visando ao conserto da porta da Casa do Estudante, segundo documento comprobatório constante do procedimento; não haveria outra alternativa, senão levar estas atenuantes em apreciação no momento de definição da penalidade a ser aplicada, consoante dispõem os artigos 74 da Lei nº 9.099/95, e 128 da Lei nº 8.112/90.
 - d) A decisão (17.07.2013) não tratou da expulsão ou desligamento, pois os estudantes do IPB já se encontravam em Portugal (início de março de 2013) por ocasião da apresentação do relatório final da Comissão Processante (meados de junho de 2013 e parecer da Procuradoria Federal de 04.07.2013) e não pertenciam ao corpo discente da UFG, mas da possibilidade de aproveitamento dos estudos realizados pelos estudantes do IPB por conta do convênio (intercâmbio de professores e estudantes da UFG e IPB - sem custos para as instituições).
 - e) Houve o envio pela UFG ao IPB do relatório final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, do parecer da Procuradoria Federal junto à UFG e da decisão de aplicação da penalidade para que aquela instituição adotasse as medidas cabíveis, inclusive, se fosse o entendimento, a responsabilização dos seus estudantes.
 - f) Conforme ressaltado na decisão de aplicação de penalidade, a UFG, por intermédio do Vice-Reitor no exercício da Reitoria, reafirma o seu compromisso contra atitudes homofóbicas e de adoção dos procedimentos pertinentes, registrando “que a dignidade humana, liberdade, igualdade, intimidade, vida privada, integridade



de física e moral são direitos fundamentais e devem ser respeitados sem qualquer preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, bem como o respeito ao patrimônio público”.

4. A decisão acatou as diversas recomendações apresentadas pela Comissão Processante, dentre as quais citamos:
 - a) Pró-Reitoria de Assuntos da Comunidade Universitária: avaliação e revisão das regras de convivência e segurança nas Casas de Estudantes da UFG.
 - b) Coordenadoria de Assuntos Internacionais: assinatura de termo de compromisso pelos intercambistas ao chegarem à UFG, visando a tomar ciência das regras de convivência, conduta e respeito na Casa de Estudante e na UFG; nos futuros convênios, que seja observado e repassado o respeito e valorização das pessoas, bem como a diversidade e cultura do país que os acolhem.
 - c) Instituto Politécnico de Bragança: que durante o processo de seleção de intercambistas seja repassado aos seus estudantes a importância de compreenderem, respeitarem e valorizarem as pessoas, bem como a diversidade cultural do país que os acolhem.
 - d) Comissão de revisão do Estatuto e Regimento Geral da UFG ou, em conjunto, por ocasião de sua apreciação, ao Conselho Universitário - CONSUNI, Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura - CEPEC e Conselho de Curadores: a legislação da UFG, no que se refere à regulação dos direitos e deveres, dos processos de sindicância e administrativo disciplinar do corpo discente, é deficiente, inadequada, e deve ser objeto de apreciação no novo Estatuto e Regimento Geral.
5. Em relação à regulação dos direitos e deveres do corpo discente, e mais especificamente ao objeto desse caso, foi apresentada à Comissão de Revisão do Estatuto e Regimento Geral da UFG ou, em conjunto, por ocasião de sua apreciação, ao CONSUNI, CEPEC e Conselho de Curadores, a seguinte proposta:
 - a) Na especificação dos direitos, deveres, infrações disciplinares e aplicação de sanções, que se faça referência tanto aos estudantes regulares como aos estudantes especiais da UFG.
 - b) No artigo que especificará os deveres dos estudantes, seja incluído o seguinte:
 - “comportar-se com respeito em suas atividades discentes e no relacionamento com os demais membros da comunidade universitária;”
 - c) No artigo que especificará as infrações disciplinares dos estudantes, seja incluído, a ser graduadas ou classificadas como leve, média, grave ou gravíssima, o seguinte:
 - “ameaçar alguém, por palavra, escrito, gesto ou qualquer outro meio simbólico;”
 - “ofender a integridade física, moral ou a saúde de outrem;”
 - “deteriorar coisa pública ou alheia;”
 - “destruir, inutilizar ou furtar coisa pública ou alheia;”
 - “praticar violência que resulte lesão corporal;”
 - “praticar, induzir ou incitar, por qualquer meio, o preconceito de origem, raça, sexo, orientação sexual, cor, idade, etnia, religião ou quaisquer outras formas de discriminação;”
 - “praticar atos atentatórios à dignidade humana.”

Eriberto Francisco Bevilaqua Marin, vice-reitor.

Carta aberta à reitoria da UFG

Goiânia, 28 de outubro de 2013.

Prezados colegas,
Edward Madureira Brasil, reitor;
Eriberto Francisco Bevilaqua Marin, vice-reitor.

A propósito da reportagem publicada na última edição do **Jornal do Professor** – “Não-expulsão de agressores portugueses causa indignação” –, gostaria de também de condenar o ocorrido e, no mesmo passo, lamentar a preocupante posição e encaminhamento dessa reitoria.

Resumidamente, por meio da matéria tomamos conhecimento de que, em fevereiro, o estudante de Ciências Contábeis, Gabriel Gomes Campos, foi agredido fisicamente na CEU por dois outros estudantes, devido à sua condição de homossexual. Pelo relatado, não houve um desfecho mais grave porque ocorreu a intervenção de outros estudantes. Para agravar o quadro, os agressores – Avelino José Fernandes e Luis Carlos da Costa Fernandes, do curso de Administração –, de nacionalidade portuguesa, encontravam-se na condição excepcional de alunos da UFG, por meio de intercâmbio universitário.

Como resultado da investigação levada a efeito no âmbito da UFG, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar formalizou o pedido de que os estudantes agressores, além de repreensão escrita, fossem desligados do programa acadêmico, “considerando que a atitude dos alunos intercambistas atentava contra a dignidade humana”. Por sua vez, a Procuradoria Federal da UFG acompanhou, integralmente, o pedido da comissão. Com esse lastro, era esperada da reitoria atitude distinta da que ela veio a tomar. Em documento de 17 de julho, por considerar que “houve pedido formal de desculpas à vítima” e ressarcimento pelos danos no box do banheiro da CEU, o atual reitorado considerou que os agressores deveriam ser punidos apenas com repreensão escrita. O resultado: os estudantes agressores voltaram para seu país depois de concluídos os créditos, enquanto o aluno agredido teve seu destino acadêmico travado, com a sua saída da UFG causada pelo ocorrido. A certa altura da reportagem, encontra-se o seguinte lamento de Gabriel Gomes: “(...) e não tive apoio da universidade, que eu sonhava desde criança fazer parte”. Algozes, ílesos; vítima, prejudicada.

A considerar somente os dados contidos na matéria, fico com a impressão de que a UFG desperdiçou pedagógica oportunidade para sinalizar a obrigatoria intransigência em relação ao desrespeito às diferenças no âmbito dessa instituição que é, em larga medida, modelo privilegiado para a sociedade goiana. As instâncias acionadas no episódio cumpriram seu papel, ficando da reitoria a desconfortável imagem de hesitação e titubeio, numa questão fundamental para nos consolidarmos como sociedade verdadeiramente democrática, plural. É necessária a positiva sinalização de que atitudes com a dos estudantes portugueses resultarão em desligamento dos quadros da UFG, preservado, óbvio, o pleno direito de defesa.

Atenciosamente,

José Marques, professor da FE.

IMPORTANTE o artigo do professor Juarez de Maia na última edição do **JP** sobre a experiência dos médicos cubanos em Tocantins, antes do Programa Mais Médicos. Foi uma experiência positiva, que ninguém fala a respeito. Gostei também da reportagem sobre o livro da professora Gardene Leão, sobre a estigmatização de jovens da periferia pelo jornal Daqui. O **JP** está conquistando um espaço muito importante. Geraldo Faria Campos, aposentado do Cepae.



Plínio de Arruda Sampaio Jr*

Revolta urbana e crise de responsabilidade

“O peixe apodrece pela cabeça”
Padre Antônio Vieira

As Jornadas de Junho escancararam a grave crise de representatividade que abala o sistema político brasileiro. A bronca das ruas expôs o absoluto descompasso entre governantes e governados. A distância entre um e outro é proporcional ao abismo que existe entre o Brasil da fantasia, estetizado nas propagandas oficiais e nos programas eleitorais, e o Brasil real, da vida sofrida da população em seu dia a dia infernal.

O repúdio aos políticos profissionais, a rejeição aos partidos e a ojeriza à política convencional derivam da irrelevante prática das eleições como meio de resolver os problemas fundamentais do povo. Para a grande maioria dos brasileiros, os políticos legislam em causa própria, mancomunados com os verdadeiros donos do poder. A ino-

cuidade das eleições alimenta o senso comum de que “todos os políticos são iguais” e de que “a política não resolve nada”.

A impermeabilidade da esfera política às necessidades da grande maioria da população é determinada pela captura do parlamento e do executivo pelo poder econômico. A tirania do capital financeiro e a mesquinha da plutocracia nacional não deixam espaço para a assimilação das pressões das classes que vivem do trabalho. Sem mecanismo para absorver e enfrentar o crescente mal-estar que se acumula na base da sociedade, o ritual eleitoral torna-se um embuste.

A crise de legitimidade do sistema político é profunda e não será resolvida com medidas formais, decididas nas altas esferas do circuito político. De nada adianta alterar aspectos operacionais, de importância secundária, do sistema político-partidário. É a incapacidade de dar vazão ao processo de democratização impulsionado pelas classes subalternas que constitui, em última instância, a verdadeira causa da crise política. Quando a população reconhecer a relação da causa e efeito entre a ação dos partidos e suas aspirações, os mecanismos de representação política serão reconstituídos. Até então, o País viverá um período de turbulência política, sempre sujeito à ameaça de soluções autoritárias.

As manifestações de junho são sintomas contundentes de que as contradições há séculos represadas nas profundezas da sociedade brasileira procuram – mais uma vez – meios políticos para aflorar à superfície da luta de classes. Sufocada pela ditadura militar em 1964, protelada pelo aborto das “Diretas Já” em 1984, derrotada em 1989 pela vitória do projeto de modernização neoliberal de Collor e FHC, frustrada em 2002 pela capitulação do PT aos ditames da ordem estabelecida, a revolução democrática voltou a emergir como necessidade histórica premente. Para tornar-se realidade, precisa converter as forças difusas das ruas em forças organizadas portadoras de um programa que condensa a vontade política de democratização da sociedade.

Por mais que a grande mídia procure turvar as águas, não resta dúvida de que a ira das ruas está endereçada aos partidos da ordem. O esforço em colocar todos os partidos – os que defendem a ordem e os que são contra a ordem – no mesmo saco constitui uma manobra espúria, destinada a negar a possibilidade de as forças sociais que tomaram as ruas se afirmarem como sujeito histórico. Os que negam o direito de partidos contra a ordem levarem as suas bandeiras para as manifestações na verdade defendem a bandeira branca da “paz social” e a bandeira verde e amarela da “ordem e progresso”. Negam toda possibilidade de mudança. Rejeitam a legitimidade de toda e qualquer ação política que não esteja comprometida com a defesa incondicional do *status quo*. Recusam-se a abrir o espaço político à participação das classes subalternas. Agem com intolerância em relação àqueles que recorrem ao conflito como único meio que lhes resta para lutar por direitos coletivos. Apostam no desmonte dos protestos e na sua exaustão como força política anti-sistêmica. Não abrem mão de seus privilégios.

Com o colapso do sistema de representação, a política deslocou-se para as ruas. A resposta democrática à falência do sistema partidário passa pela eliminação das desigualdades substantivas que constituem a base do capitalismo brasileiro. Sem direção política, que aglutine e dê sentido construtivo à avassaladora energia da juventude que tomou as ruas, a luta pela transformação social não acumulará força suficiente para vencer a resistência das grossas placas tectônicas da contrarrevolução. O futuro da democracia está nas mãos do Partido das Ruas. O Partido da Revolução Brasileira começa, finalmente, a emergir para a história.

*Professor livre-docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)



Francisco Mata Machado Tavares*

Para além dos gabinetes: por onde passará a política em 2014

Os agentes e cientistas políticos brasileiros dão indícios de que não entenderam os protestos de 2013. O significado de passeatas e ocupações de órgãos públicos parece estranho àqueles que se acostumaram a viver a política em termos exclusivamente institucionais. Da mesma forma, demandas como a redução das tarifas públicas, o fim do arbítrio nas práticas policiais e a garantia dos direitos sociais parecem apenas palidamente presentes no radar dos analistas e atores políticos tradicionais. Esse cenário se associa ao prognóstico de que assistiremos, no Brasil de 2014, a um quadro análogo ao da Espanha de 2011: o teatro de operações políticas não encontrará na disputa eleitoral a sua mais precisa realização. A seguir, justifica-se essa hipótese.

As cidades brasileiras tornaram-se, nos últimos anos, espaços inóspitos para os seus cidadãos, em especial os jovens, negros e moradores de periferias. A truculência policial faz da vida da maioria um suplício. Assim, uma resposta encontrada para o problema foram os protestos, que ganharam dimensão multitudinária precisamente após o uso desproporcional de violência pela PM de São Paulo em passeatas pacíficas. Políticos tradicionais e cientistas sociais de prestígio, contudo, parecem não ter entendido o atual momento. A presidenta da República, por exemplo, apareceu em cadeia nacional, após as jornadas de junho, para declarar que iria “manter a ordem”, e que “o governo e a sociedade não podem aceitar que uma minoria violenta e autoritária destrua o patrimônio público e privado”. Do mesmo modo, cientistas sociais e filósofos prestigiosos, como Marilena Chauí e Wanderley Guilherme dos Santos, chegaram a associar os jovens que se engajam em protestos a fenômenos como nazismo ou fascismo, esquecendo-se do caráter estatal, nacionalista e belicista dessas formas sócio-políticas.

É possível, ainda, notar que problemas como mobilidade urbana precária, serviços de saúde caóticos, educação sem recursos e ausência de políticas para o lazer têm levado a qualidade de vida dos habitantes de grandes cidades, notadamente os mais pobres, ao limite do suportável. Isso explica porque, em meio a distintas reivindicações detectadas nos protestos, quase todas implicavam elevação de gastos públicos. Uma vez mais, todavia, políticos e cientistas sociais nada entenderam. A presidenta da República declarou que a sua primeira medida em resposta às manifestações seria um “pacto pela responsabilidade fiscal”, ou seja, redução de gastos. Já o presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Leonardo Avritzer, declarou, sem apresentar dados que o respaldassem, que “o movimento terá de recuar um pouco se ele não quiser ser derrotado por suas contradições”. Recuar, precisamente, em quê? Na luta por transporte de qualidade ou por saúde universal e pública? Em suma, ciência e políticos profissionais assistem a um movimento que, sem lhes pedir licença, muda a realidade nacional.

Esse quadro sugere que os manifestantes de 2013 não trocarão os seus figurinos para entrarem em cena apenas como eleitores em 2014. Como expressam alguns cartazes, “nossos sonhos não cabem em suas urnas”. Assim, acredita-se que, como na Espanha de 2011, a política eleitoral experimentará apenas um aumento de baixo impacto no índice de votos nulos e seguirá o seu curso normal entre petistas, tucanos e a terceira via de Campos com Marina. Paralelamente, entretanto, o debate sobre o País estará também em outros espaços, alheios à institucionalidade, como ruas bloqueadas e ocupações. Quem quiser continuar a fazer ou a estudar a política como prática centrada em partidos, gabinetes e palácios terá, portanto, de aceitar que já não pode entender o novo momento vivido no Brasil.

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais, coordenador do Projeto de Estudos Políticos sobre Ativismo e Lutas Sociais Antirregime – Proluta (proluta.blogspot.com.br)

“O capital financeiro e a plutocracia nacional não deixam espaço para a assimilação das pressões das classes que vivem do trabalho. Sem mecanismo para enfrentar o mal-estar que se acumula, o ritual eleitoral torna-se um embuste”

“As cidades brasileiras tornaram-se espaços inóspitos para cidadãos, em especial os jovens, negros e moradores de periferias. A truculência policial faz da vida da maioria um suplício. A resposta foram os protestos. Políticos tradicionais e cientistas sociais de prestígio parecem não ter entendido o momento”



RESPINGOS

HFA

A moda dos artigos retratados

Cada vez mais artigos científicos são “retratados”, nome dado às pesquisas despublicadas por problemas éticos ou erros. Um artigo publicado na revista *PloS ONE* – tomara que este não seja retratado –, repercutido pela *Folha de S. Paulo*, detectou que, de 2003 a 2012, 1,3 mil trabalhos da base de dados PubMed tiveram esse problema. É quase o dobro do que ocorreu entre 1973 e 2002, com 714 trabalhos retratados. Me fez lembrar dos tempos idos, quando logógrafos redigiam trabalhos a pedido de pesquisadores.

Prazos

Fez lembrar também da velha política de controle de prazos para apresentação de dissertações ou teses. Era um controle nem sempre levado a sério. Houve casos de doutorandos que deveriam teses por quase uma década.

É com a Adufg

A Adufg Sindicato é que representa professores filiados na ação de restituição de valores descontados pela Seguridade Social (PSS) sobre o terço constitucional de férias. É que advogados da Associação Nacional dos Servidores Públicos (Anasp) tem ligado a docentes aposentados, para incluí-los na causa. O processo está no TRF.

Nota máxima

Seis cursos da UFG alcançaram a melhor avaliação do Enade. Graduações em Administração nos campus Catalão e Goiânia, Direito (Cidade de Goiás e Goiânia), Ciências Contábeis e Publicidade e Propaganda (Goiânia) receberam a nota 5. No Estado de Goiás, apenas 13 cursos receberam esta pontuação.

Velho

Universidades dispensam docentes com mais de 70 anos de idade. Antes de completar aniversário, estes recebem o aviso da demissão. A UFG não age de forma diferente. Graças a legislação que trata de aposentadorias. E assim muitos talentos são desperdiçados. É um País onde o idoso não tem vez.

Ah, o CEB!

Reaberto, o Centro de Estudos Brasileiros oferece cursos de Produção Cultural, Patrimônios Culturais do Brasil Central e Cultura Brasileira. Fechado sob ordens dos militares em 1964, só volta agora, em 2013. Demorou.

Rádio memória – Arquivos antigos das décadas de 60 e 70, como o último show de Geraldo Vandré no Brasil, em Goiânia, foram resgatados pela Rádio Universitária e estão disponíveis na página radio.ufg.br. Vale conferir. Na foto abaixo, inauguração da rádio, início dos anos 60, com Coleman Natal e Silva, Mauro Borges, Ivo de Melo e Juscelino Kubitschek.

Arquivo/Rádio Universitária



QUEM ENTRA, QUEM SAI

Começaram as trocas de nomes para os cargos administrativos da UFG. Titulares de todas as proreitorias serão substituídos e assumirão em janeiro.

PROAD

O professor Orlando Amaral, reitor eleito, deixa a administração para que o professor Carlito Lariucci assuma a pasta. Ambos são do IF.

RTVE

Carlito, atual diretor executivo da Fundação RTVE, assumindo a Proad cede lugar ao professor da Agronomia Juarez Patricio Júnior.

PROEC

O professor Anselmo Pessoa Neto deixa a Extensão e Cultura e quem assumirá é a professora da Escola de Agronomia Giselle Ottoni.

FUNAPE

Na fundação, sai o professor da Faculdade de Odontologia Cláudio Lelis e quem fica é Reinaldo Nogueira, da Engenharia Elétrica.

PROGRAD

O professor Luiz Mello, da Faculdade de Ciências Sociais, será o pró-reitor de Graduação, no lugar da professora Sandramara Chaves.

PRODIRH

Jeblin Abraão deixa o Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos para dar lugar ao professor Geci José Pereira, do IME.

PROCOM

O economista Júlio César Prates deixa a pasta quem será o pró-reitor de Assuntos da Comunidade Universitária será o membro da diretoria do Sint-Ifesgo Elson Ferreira de Moraes.

Hélio Furtado do Amaral

Professor aposentado. Na classificação autoritária do Siape: CLT. Excluído do universo dos docentes

Adufg
SINDICATO

17ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Rosana Maria Ribeiro Borges
Presidente

José Wilson Nerys
Vice-presidente

Elias Nazareno
Diretor Secretário

Bartira Macedo
Diretora Adjunta Secretária

Beneval Rosa
Diretor Administrativo

Flávio Alves da Silva
Diretor Adjunto Administrativo

Antônio César de Oliveira
Diretor Financeiro

Lucilene Maria de Sousa
Diretora Adjunta Financeira

Carlos Alberto Tanezini
Diretor para Assuntos dos
Aposentados e Pensionistas

Rui Yamada
Diretor Adjunto para
Assuntos dos Aposentados e
Pensionistas

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO
DOS DOCENTES DAS
UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO II – Nº 10 – OUTUBRO/
NOVEMBRO DE 2013

Editor e idealizador do projeto
Prof. Juarez Ferraz de Maia

Editora responsável
Alessandra Faria (JP01031/GO)

Editor e repórter
Macloys Aquino (FENAJ 02008/GO)

Projeto gráfico e diagramação
Cleomar Nogueira

Repórter
Frederico Oliveira

Publicação mensal

Tiragem
3.000 exemplares

Impressão
Flexgráfica

Contato
jornaldoprofessor@adufg.org.br

9ª Avenida, 193, Leste Vila
Nova - Goiânia - Goiás

Fone: (62) 3202-1280
Produção e edição
Assessoria de Comunicação
da Adufg Sindicato

Fotos: Frederico Oliveira



Duas mil pessoas comemoram aniversários da Adufg Sindicato e do Sint-Ifesgo

No dia 09 de novembro, a Sede Social do Sint-Ifesgo ficou pequena para as 2.050 pessoas que foram à Festa do Servidor Público, realizada em parceria com a Adufg Sindicato. Repertório dançante, samba e feijoada para comemorar 40 anos do Sint-Ifesgo e 35 anos da Adufg Sindicato, durante a manhã e tarde daquele sábado.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - ADUFG SINDICATO - AGOSTO/2013

1- Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros	
1.1- Contribuição Associados - Mensalidades	214.887,10
1.2- Ingressos, Eventos e Festas	270,00
1.3- Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.459,49
1.4- Receitas Financeiras Líquidas	0,00
1.5- Outras Receitas	774,16
Total R\$	217.390,75

2- Custos e Despesas Operacionais	
2.1- Despesas com Pessoal	
2.1.1- Salários e Ordenados	19.428,78
2.1.2- Encargos Sociais	27.861,58
2.1.3- Seguro de Vida	277,56
2.1.4- Outras Despesas com Pessoal	45,00
2.1.5- Ginastica Laboral	678,00
2.1.6- Repasse do empréstimo de funcionários	2.427,97
2.1.7- Férias e Rescisões	2.905,06
Total R\$	53.623,95

2.2- Serviços Prestados por Terceiros	
2.2.1- Cessão de Uso de Software	1.544,84
2.2.2- Despesas com Correios	176,74
2.2.3- Energia Elétrica	981,39
2.2.4- Honorários Advocatícios	4.107,45
2.2.5- Honorários Contábeis	2.034,00
2.2.6- Locação de Equipamentos	450,00
2.2.7- Serviços Gráficos	3.400,00
2.2.8- Honorários de Auditoria	985,00
2.2.9- Tarifas Telefônicas e Internet	1.334,68
2.2.10- Conf. de Faixas/Adesivos/ Banner	0,00
2.2.11- Hospedagem e manutenção de site	220,00
2.2.12- Vigilância e Segurança	233,70
2.2.13- Comunicação/Rádio/TV/Jornal	2.250,00
2.2.14- Honorários Jornalísticos	2.374,65
2.2.15- Serviços de Informática	1.200,00
2.2.16- Outros Serviços de Terceiros	4.200,00
2.2.17- Agua e Esgoto	583,24
Total R\$	26.075,69

2.3- Despesas Gerais	
2.3.1- Combustíveis e Lubrificantes	1.390,50
2.3.2- Despesas com Coral	2.431,39
2.3.3- Diária de Viagens	8.299,10
2.3.4- Tarifas Bancárias	115,78
2.3.5- Lanches e Refeições	775,53
2.3.6- Quintart	2.650,59
2.3.7- Patrocínios e doações	1.000,00
2.3.8- Manutenção de Veículos	155,00
2.3.9- Festa/Reuniões e Greves	1.546,90

2.3.10- Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.11- Gêneros de Alimentação e Copa	781,15
2.3.12- Despesas com a Sede Campestre	1.923,80
2.3.13- Hospedagens Hotéis	0,00
2.3.14- Material de expediente	306,92
2.3.15- Festa Final de ano e natalinas	16.650,00
2.3.16- Outras despesas diversas	193,70
2.3.17- Manutenção e Conservação	884,63
2.3.18- Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.19- Despesas com Sede Adm. Jataí	75,62
2.3.20- Despesas com curso de inf. para aposentados	380,00
2.3.21- Despesas com reforma Sede Campestre	31.217,95
Total R\$	70.778,56

2.4- Despesas Tributárias e Contribuições	
2.4.1- PIS s/ Folha de Pagto.	528,74
2.4.2- CUT-Central Única dos Trabalhadores	2.962,05
2.4.3- Proifes-Fórum de Professores	39.481,99
2.4.4- Outras Desp. Tribut. e Contribuições	916,27
Total R\$	43.889,05

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	194.367,25
--	------------

3- Resultado do exercício 08.2013 (1-2)	23.023,50
---	-----------

4- Atividades de Investimentos	
--------------------------------	--

4.1- Imobilizado	
4.1.1- Construções e Edificações	70.553,93
4.1.2- Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3- Veículos	0,00
4.1.4- Móveis e Utensílios	779,00
4.1.5- Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6- Outras Imobilizações	0,00
Total R\$	71.332,93

4.2- Intangível	
4.2.1- Programas de Computador	0,00
Total R\$	0,00

Total Geral dos Investimentos R\$	71.332,93
-----------------------------------	-----------

5- Resultado Geral do exercício 08.2013 (3-4)	-48.309,43
---	------------

Os valores contidos neste relatório estão por Regime de Caixa.

Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



Cedric Luiz de Carvalho, do Inf, acha as reportagens do **JP** muito longas. “Quem é das exatas talvez se incomode um pouco com isso. Sou da informática e estou acostumado com velocidade”, diz ao lado da companheira Franciane Bemfica Moreira. Acima, a filha de Cedric, Giulia Carvalho, 9, se refresca na piscina.

Fotos: Macloys Aquino



“Tem um grupo de professores que aparece mais. Eu entendo, porque procuram mais o jornal. Mas há professores escondidos, com conteúdo e que fazem a UFG”, alerta José Alves Júnior (dir.), da EA. Paulo Roberto, 8, sobrinho de José, dá gargalhadas na piscina de bolinhas.



SOL, ALEGRIA E OPINIÃO

*Enquanto curtiam a Festa do Professor na sede campestre da Adufg Sindicato, docentes opinaram sobre o **Jornal do Professor**, que completa um ano. Foram sugestões, críticas e elogios à linha editorial, que prima pela divergência de opiniões. Tudo regado à piscina, ar fresco e boa comida naquele quente sábado de 19 de outubro.*



“O **JP** está excelente, trata temas atuais e foca opiniões diferentes, o que é muito legal porque dá ao leitor oportunidade de reflexão, sem monopólio de opinião”, diz Renato Maurício de Oliveira, aposentado do IPTSP.



Xis! – Isabela, 6, e Ana Julia, 6, sobrinhas do professor Renato, sorriem para a câmera.



Tira o pé do chão! – Molecada se prepara para uma pelada no campo society. Suaram e depois caíram na piscina.



Sem frescura, Alcir Horácio, do Cepae e da FEF, equilibra bolinha de frescobol. Ele é vice-campeão brasileiro na modalidade. Na festa, mostrou suas habilidades.



A vida é doce – Maria e Marta, neta e filha da professora Ana Christina Kratz, aposentada da FE, degustam algodão doce depois do almoço.



Ricardo Andrade, do Inf, testava um modelo de avião planador, aproveitando o vento. Ele gosta do **JP** porque “mostra a instituição”, mas acredita que este poderia incentivar mais pesquisas, informando sobre editais. “Poderia ter um resumo do CNPq, da Fapeg...”, sugere.



Neuma Chaveiro, da FL, havia acabado de ler a última edição do **JP** antes de ir à sede campestre. “Interessante os pontos de vista contraditórios sobre o Mais Médicos. O jornal fez o contraponto. E ainda estou assustada com a reportagem sobre o aumento de roubos no campus”, disse.



Para Liliana Leite, professora do IPTSP, o **JP** é importante porque dá informações sobre a vida dos professores. “As vezes conhecemos a pessoa mas não sabemos o que ela faz. O jornal mostra o que ocorre nas unidades”, disse, conectada à filha Mariana, de 4 meses, e ao marido Jovino.



Moacir Maia acha que o **JP** divulga a universidade. Isso, diz, ambienta os professores aposentados, que são “esquecidos”. “O jornal mostra como a UFG melhorou nesses anos”, disse. Ele se aposentou do IPTSP em 1993. Aqui, com a mulher Gislaíne, a sogra Maria Antonia, o filho Marcelo, Vanessa (nora) e a netinha Gabriela, de 1 ano.



“O **Jornal do Professor** é um importante canal de comunicação e divulgação da universidade”, constata Mônica Lopes da Fonseca (esq.), da FE. “Acho que o jornal poderia representar mais, articular mais nas unidades, não pode ser partidário”, contrapõe a colega de faculdade Simei Araújo Silva.



“Gosto e acompanho o **Jornal do Professor** porque os aposentados têm espaço e os artigos são atuais. O jornal dá elementos pra comunidade universitária formar opinião”, opina Sônia Maria Barreto Fredriksson, ao lado do marido norueguês Stein Fredriksson.



Wanderlene Blanco, do ICB III aproveitou a presença da reportagem do **JP** para dar bronca sobre a mudança de Quintart para Sextart. “Sexta-feira não é um dia bom, sempre temos outros compromissos”, disse. Curtiu a festa com os filhos Rafael, 4, e Jhuly, 3.



Para Rogério Ferreira, do IME, o bacana do **JP** é a diferença de ideias. “É o ponto forte”, diz. “Mas o jornal precisa estender as pautas para arte e cultura”, sugere. Ivana, 8, e Caique, 5, acompanharam o paizão durante a festa.



Alberto Corrêa Mendonça e Paulo César Figueiredo denunciam situação do armazenamento: saúde de professores em risco



Estudantes fazem prova em corredor do ICB por falta de espaço em sala de aula: más condições atingem corpo discente

Trabalho sob risco de saúde

Problemas estruturais colocam em perigo comunidade universitária que frequenta as instalações dos ICBs III e IV

Calor excessivo, material contaminante lançado em esgoto doméstico e falta de condições mínimas de trabalho e segurança. Esta é a dura realidade enfrentada diariamente por professores e técnico-administrativos do Departamento de Morfologia (Dmorf) do Instituto de Ciências Biológicas (ICB-UFG). Estudantes também são colocados em risco. Por outro lado, quase nenhuma ação da administração da universidade a fim de resolver os problemas.

O Dmorf tem treze espaços de estudo de anatomia animal, humana, neuroanatomia, anatomia comparada, histologia, histoquímica, biologia celular e do desenvolvimento e embriologia. São cerca de 3,6 mil m², com talvez o maior acervo didático de peças de póstumos do Brasil. Esse material corre risco de ser perdido por problemas de acondicionamento e manutenção.

Faltam materiais básicos, como cubas de aço inoxidável para armazenamento dos póstumos. Diante da falta, se improvisa. “As salas e as cubas de armazenamento estão em estado deplorável, então utilizamos adaptações, como tonéis e tambores de plástico”, informa o chefe do Dmorf, professor Paulo César Figueiredo. O laboratório de anatomia animal passa pelo mesmo problema.

Há risco de interdição. Tanto o Corpo de Bombeiros como a Vigilância Sanitária apontaram a necessidade de urgentes adaptações. Saídas de emergência, modificação do piso – o utilizado hoje é inflamável –



Professores Paulo César, Augusto Figueiredo e Edson José Benetti mostram planta baixa do Laboratório de Anatomia: prédio atual em desacordo com projeto



Cubas de armazenamento de póstumos, no Dmorf, nos ICBs III e IV: sucateamento obriga uso de adaptações inadequadas

teto baixo, produtos químicos armazenados de forma inadequada no almoxarifado.

Como as janelas não podem ser abertas para evitar entrada de macacos e não há ventilação adequada, gases se acumulam no ambiente. Assim, pequenas explosões são comuns. O risco cresce com a falta de ade-

quada instalação elétrica. A Vigilância Sanitária solicitou adequações às normas sanitárias. “Produto de fômite (objeto ou substância contaminada com microorganismos causadores de doenças) é depositado no esgoto doméstico”, alerta o coordenador do Laboratório de Anatomia Humana, professor Augusto Figueiredo.

Tolueno

Uma coleta de urina foi realizada recentemente em professores e técnicos-administrativos do departamento para a medição do ácido hipúrico – metabólito que quantifica a presença do tolueno, elemento extremamente prejudicial à saúde. Admite-se até 1,5 gr/ml na urina. “Temos professores com quatro anos no departamento com níveis de 2,4. É um elemento cancerígeno, pode provocar doenças vasculares quando em exposição contínua”, alerta professor Paulo César.

Docentes ensaiam paralisação

A comunidade do ICB espera por soluções, mas a administração da UFG realiza apenas pequenas obras que não resolvem os problemas do ambiente. “Foram feitas adequações que não resolvem nosso problema, porque continuamos com o mais grave, que é a submissão às condições subumanas dos ambientes laboratoriais”, reclama o chefe do Dmorf, Paulo César Figueiredo.

Diante da situação, professores do departamento haviam decidido paralisar as atividades por três dias em novembro. Também pretendiam expor uma pesquisa sobre conforto térmico nos laboratórios dos ICBs III e IV, durante a programação do Conpeex.

A ideia era alertar a comunidade universitária para os problemas do Dmorf. “Os nossos problemas são muito maiores do que a insalubridade”, salienta Paulo César. “Não estamos buscando insalubridade. Buscamos qualidade de trabalho para justamente não termos de receber adicional de insalubridade. Se o ambiente é insalubre é porque não existem condições para o profissional exercer suas funções de maneira adequada”.

A reitoria apresentou agenda de ações para solucionar problemas do Dmorf e os docentes adiaram as ações. Mas prometem mobilização em caso de descumprimento.

Más condições atingem toda UFG

Orientação do governo federal para regulamentar cálculo de adicionais gera mais confusão e instabilidade

Más condições estruturais de trabalho e incoerências no cálculo dos índices de adicionais de insalubridade e de periculosidade geram uma situação de tensão que atinge a UFG de forma global.

Professores e técnicos dos campus de Goiânia, Jataí e Catalão, principalmente das áreas de tecnologias e biológicas, são obrigados a enfrentar riscos extras nas atividades de pesquisa e a aceitar adicionais injustos, que não correspondem com a realidade do trabalho.

Publicada em março pelo Ministério do Planejamento, a Orientação Normativa Nº 6, ao invés de esclarecer como seriam atribuídos os adicionais devidos aos servidores, incompleto e contraditório em alguns trechos, acabou gerando mais confusão.

A regulamentação não considera diversos reagentes ou situações de pesquisa. Também não leva em conta a realidade das IFEs, o que faz com que trabalhadores com carteira assinada (CLT) estejam mais assegurados que o servidor público federal.

“Há falhas graves na lei”, enfatizou a diretora do Instituto de Patologia e Saúde Tropical (IPTSP-UFG) Regina Bringel Martins, durante reunião com professores,

técnicos e membros da Adufg Sindicato e do Sint-Ifesgo para discutir a questão, em outubro passado (veja reportagem nesta página).

O anexo do documento, por exemplo, define como grau máximo de insalubridade (para conceder adicional de 20%) o “contato permanente com carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores de doenças (...)”.

Mas, estranhamente, diz que o adicional “não se aplica aos casos de trabalho de laboratório e de pesquisa com os agentes infecciosos causadores das patologias mencionadas – carbunclose, brucelose, tuberculose e as decorrentes da exposição aos prions” (veja reprodução nesta página).

Siass

De acordo com a norma do governo federal, adicionais só são concedidos após laudo que atesta o caráter insalubre do ambiente de trabalho. Este documento deve ser emitido pelo Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass-UFG), formado por três técnicos e uma engenheira em Segurança do Trabalho.

Mas servidores denunciam que morosidade na produção dos laudos. Ainda se queixam que engenheiro de trabalho precisaria ser especialista naquela área que está periciando.

“Nada contra engenheiros do trabalho, mas como um médico não avalia um túnel, um engenheiro do trabalho não é o indicado para avaliar condições biológicas”, desabafou a professora Regina Bringel.



Diretora do IPTSP, Regina Bringel: falhas graves na lei

Reportagens do JP denunciam más condições de trabalho nos campus da UFG, em grande parte efeitos da expansão desenfreada do Reuni – que garantiu um crescimento quantitativo e não necessariamente qualitativo – desde outubro de 2012.

Pressão leva Consuni a traçar metas e soluções

Em setembro e outubro passados, uma dezena de reuniões realizadas com docentes e técnicos de 15 unidades da UFG, com participação de membros da Adufg Sindicato e do Sint-Ifesgo, traçou uma visão total da precarização do trabalho na universidade.

E também levou o Conselho Universitário (Consuni), instância máxima de deliberação na UFG, a estabelecer uma comissão que visitou as unidades acadêmicas onde problemas foram apontados.

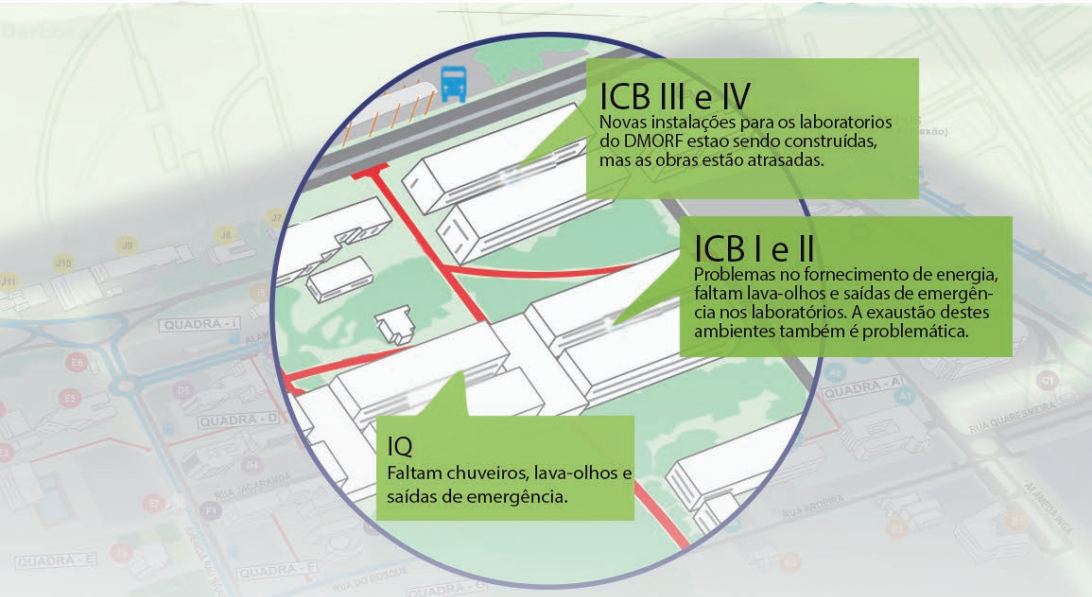
Instituída pela Portaria 4788/2013, a comissão elaborou um relatório com ações de curto, médio e longo prazos que propõem solucionar os problemas apontados pelos servidores.

ANEXO

Atividades com exposições permanentes ou habituais a agentes biológicos que podem caracterizar insalubridade nos graus médio e máximo, correspondendo, respectivamente, a adicionais de 10 ou 20% sobre o vencimento do cargo efetivo.

Contato permanente com carnes, glândulas, vísceras, sangue, ossos, couros, pelos e dejeções de animais portadores das doenças infectocontagiosas: carbunclose, brucelose, tuberculose e aquelas decorrentes da exposição aos prions.	20%
Caracteriza-se pelo trabalho permanente em que haja contato com produtos de animais infectados com as patologias mencionadas.	
Não se aplica aos casos de trabalho de laboratório e de pesquisa com os agentes infecciosos causadoras das patologias mencionadas.	

O MAPA DO PERIGO



CAMPUS DO INTERIOR

CATALÃO

Todos os laboratórios com substâncias químicas têm sérios riscos de incêndio ou explosão. Sistemas de exaustão nesses locais também são precários. Faltam filtros “lavadores de ar” para conter gases tóxicos.

GOIÁS

Embora os cursos oferecidos na Cidade de Goiás não estejam ligados diretamente a atividades insalubres ou perigosas, a estrutura dos prédios traz riscos. No ano passado, um ventilador se desprendeu do teto e machucou duas estudantes.

JATAÍ

Os cursos das áreas da saúde e das ciências da terra enfrentam a inadequação de muitos prédios. Infiltrações, rachaduras, falta de saídas de emergência e salas pequenas para a demanda são problemas enfrentados.



Escola de Agronomia e Engenharia e Alimentos e Escola de Veterinária e Zootecnia

Caldeiras que só podem funcionar com aferição do Ministério do Trabalho nunca passaram por tal perícia. Sobreaquecimentos são comuns. Faltam EPIs para os servidores que trabalham com pesticidas.



Escola de Engenharia Civil e Escola de Engenharia Mecânica, Elétrica e Computação

A maior parte dos servidores enfrenta problemas para receber as indenizações a que têm direito. Além disso, há problemas de adaptação para deficientes nos prédios, que, em sua maioria, não tem permissão de funcionamento pelos Bombeiros.



Ciências da Saúde

As unidades e órgãos desta área estão concentrados, em sua maioria, no Câmpus Colemar Natal e Silva. Os servidores denunciam más condições de trabalho em laboratórios e ambulatórios e a falta de adequação dos adicionais de insalubridade em seus vencimentos.

Olhar não é suficiente para ver

Dificuldade para compreender a Língua Brasileira de Sinais (Libras) leva Mariângela Estelita a criar sistema de escrita utilizado por surdos no País

A movimentação no auditório da Faculdade de Letras era intensa naquela tarde do início dos anos 1990. Divulgavam um curso de Libras (Língua Brasileira de Sinais), em Libras e com tradução simultânea para o Português, para uma platéia em que surdos repercutiam as informações também com gestos e sinais.

Mariângela Estelita Barros fazia graduação e já era fluente em quatro línguas estrangeiras, mas, na porta do auditório, naquele primeiro contato com a Libras, sentiu-se impotente. Nada compreendia e estava impossibilitada de se comunicar. Mas não menos desafiada, matriculou-se no curso e iniciou a trajetória que a tornaria uma das mais importantes pesquisadoras da língua de sinais em Goiás e no Brasil.

Hoje professora do curso de Letras: Libras, foi do esforço em compreender a língua que tirou uma tese de doutorado e a Escrita das Línguas de Sinais – a ELiS – o sistema de escrita criado por ela que se tornou disciplina curricular obrigatória do curso da UFG, compõe material didático e embasa pesquisas de graduação e pós, e está na grade de cursos em escolas inclusivas públicas e privadas pelo País (veja reprodução na próxima página).

‘Eu não sabia olhar’

“Sentia-me desaparelhada para aprender uma língua em outra modalidade, que não a oral. Descobri que eu não sabia olhar, pois olhava e não via. Não sabia distinguir, dentre toda a informação visual que recebia, o que era linguisticamente significativo, do que não era. Mas, principalmente, eu não podia fazer uma anotação sequer, durante a aula”, lembra Mariângela.

Nas tentativas de descrever as lições de Libras, percebeu que o Português ou seus desenhos esquemáticos – método sempre eficiente quando estudava línguas estrangeiras – eram muito extensos e pouco precisos.

“Nesse exercício, comecei a substituir os elementos que mais se repetiam (como, movimento para frente, espaço neutro, mão aberta) por símbolos que eu mesma criava. Ao fim de uns tantos verbos descritos dessa forma, deparei-me com uma possibilidade de escrita da Libras: eu deveria identificar quais seriam esses elementos e atribuir-lhes símbolos”, explica.

O contato com o sistema americano *Sign Writing* e com o dicionário *Stokoe* da Língua Americana de Sinais, durante uma visita à Gallaudet University, nos Estados Unidos, em 1997, influenciou suas pesquisas. “Por coerência metodológica/científica, passei a usar os mesmos símbolos que *Stokoe*, quando estes representavam os mesmos elementos que eu havia identificado na Libras”, justifica. Funcionou: hoje a ELiS é o sistema de escrita da Libras mais conhecido entre surdos do Brasil.

Frederico Oliveira



Mariângela Estelita, criadora da ELiS: “Surdos percebem o mundo de uma maneira diferente, uma percepção exclusivamente visual. Como dizer que não é outra cultura?”

Por uma compreensão refinada do movimento

O esforço filosófico de despir o próprio olhar, as próprias concepções, naquilo que puder, para enxergar o outro como ele é, a partir do que este é capaz de mostrar. Com a língua de sinais, Mariângela Estelita se viu obrigada a praticar esse exercício. Porque percebeu na pessoa surda uma outra cultura, que ela, apesar da pesquisa, sabe que existe, mas não consegue definir.

“(Surdos) Percebem o mundo de maneira diferente, uma percepção exclusivamente visual do mundo, é uma organização diferente do sujeito. Não se separa cultura e língua. Imagine duas línguas, português e alemão, culturas completamente diferentes. Agora imagine uma língua oral com uma visual, como dizer que não é outra cultura?”, indaga Mariângela Estelita.

“Alguns chegam e me pedem para explicar o que é, afinal, a cultura surda. Eu não sei! Mas percebo que existe, eles se reconhecem como diferentes, compartilham uma cultura diferente, como vou falar que não? As diferenças ainda estão por ser estudadas, talvez mais pela Antropologia que pela Linguística”.

Parte dessa escassez de informações se deve à dificuldade de reprodução do que se pode chamar “cultura surda”.

Culturas indígenas, por exemplo, mesmo oprimidas, se perpetuam de geração em geração, oralmente. Mas a maioria dos surdos nasce em famílias de ouvintes, então desenvolvem uma percepção do mundo, um sistema cognitivo e uma identidade completamente distinta da família.

“Percebi que o mundo era maior do que eu pensava”, diz a professora, ao contato com os surdos. “É um grupo de pessoas que vive de maneira muito diferente da nossa, uma diferença que passa pela língua. Toda organização social vem pela língua. No Brasil temos uma ilusão monolíngue, você viaja mil quilômetros e não tem grandes choques de cultura. Quando se entra numa comunidade surda, é tudo tão diferente. E essa diferença se dá dentro de casa”.

Mariângela tem amigos surdos, pratica a língua todos os dias, e, apesar de fluente, não tem proficiência em Libras. Mas esse contato lhe permitiu a leitura visual do mundo. “Antes das línguas de sinais a minha formação visual era muito pobre. Claro que identificamos quando uma pessoa está triste ou alegre, mas me refiro a uma compreensão mais refinada do movimento. Tanto para perceber quanto para expressar, a língua de sinais refina o olhar”.

Deficiência em Goiás

11,5 mil surdos

54,8 mil com grande dificuldade para ouvir

225,4 mil com alguma dificuldade

Fonte: IBGE - Censo 2010 (considera homens, mulheres; populações rurais e urbanas)

Leis pouco amparam os surdos

Papel de família e amigos é primordial perante a ausência do Estado

Surdos que conseguem entrar na universidade são considerados, pelos especialistas em Libras, exímios superadores de obstáculos. Porque normalmente nascem em famílias de ouvintes, porque ainda há quem defenda o oralismo (tese do final do Século XIX que proibia os sinais e obrigava surdos a falar), mas muito porque a legislação em torno da língua é recente e insuficiente na cobrança de aparelhos públicos que garantam educação de qualidade.

É unânime na história de estudantes surdos aprovados no vestibular a proximidade de um familiar, amigo ou de um professor que domina minimamente a língua de sinais. E esses são minoria: a maior parte dos estudantes surdos logo abandona a escola ou demora muito para ser alfabetizada.

“Se a criança que chega na escola tem uma bagagem familiar, de conhecimento de mundo na língua de sinais, se desenvolve como as outras. Claro, tendo um professor preparado”, diz Edna Misseno, professora ouvinte de Libras da Faculdade de Educação. Porque a maioria, lamenta, “se perde, a família não estimula. Muitas crianças surdas não sabem sequer que o pai é o pai ou quem é a mãe”.

“Todos os surdos que chegam à universidade são geniais”, emenda Mariângela Estelita, da Faculdade de Letras. “Alguns lêem bem, outros não. Alguns tiveram intérprete na sala de aula, outros não. Aprendem com colegas de escola, amigos, família”, diz.

Despertar

O decreto 5626/05, que regulamentou a lei que reconhece a Libras como língua no Brasil (10.436/2002), a inclui como disciplina para licenciaturas e cursos de Fonoaudiologia e Pedagogia. Mas não especifica a quantidade de horas a serem trabalhadas no currículo e não estabelece o que deve ser dado em Libras.

“Cabe ao professor definir de acordo com a disciplina e a turma. Se dou aula para Pedagogia, por exemplo, trabalho alfabetização e letramento de surdos e uma pequena noção de Libras. Não é suficiente para formar pedagogos bilíngues. É só um despertar”, afirma Edna Misseno, que coordena o vestibular da UFG para surdos.

“Imagine um pedagogo que sai do curso e se depara com uma criança surda. Ele não terá condições de alfabetizá-la. Vai precisar ser amparado por outro profissional, o intérprete”, diz Edna. Ressalta-se: a profissão de intérprete só foi reconhecida no Brasil em 2010. “As conquistas dos surdos são recentes”, diz. E ainda insuficientes.

Doutores surdos

Um relatório assinado pelos únicos sete doutores surdos do Brasil (cinco na UFSC, um na UFRJ e um na UFSM, todos das áreas de Educação e Linguística) em junho do ano passado, denuncia que nem todas as escolas inclusivas do País adotam a Libras. E que há apenas 50 escolas bilíngues no Brasil – nos EUA são 120.

“A educação inclusiva, grande parte das vezes, permite o convívio de todos os alunos entre si, mas não tem garantido o nosso aprendizado, o aprendizado dos



Edna Misseno, professora de Libras da Faculdade de Educação: "As conquistas (legais) dos surdos são recentes (no Brasil)"

surdos. As aulas não são ministradas diretamente em nossa primeira língua e a segunda língua é ensinada na escola numa modalidade a qual não temos acesso pleno”, diz a carta entregue ao ministros Alo-

//it[□]日四↕^{••}
(Profissões)

[illegible]

Texto com diálogo sobre profissões em ELiS – Escrita das Línguas de Sinais – traduzido para o Português

Catalão se envolve na matemática

Torneios e visitas programadas transformam preconceito contra disciplina em vocação entre alunos e professores das redes pública e privada

A ideia inicial era desmistificar a matemática, mostrar para crianças e adolescentes de Catalão que tudo depende da forma como é aplicada e que, sim, existe prazer na disciplina.

Mas ocorreu que, desde 2007, os vários projetos de extensão do curso de Matemática, do Câmpus Catalão, envolveram tantas pessoas da comunidade e do campus, que acabou transformando o gosto em vocação.

Por alto, ao menos 4 mil alunos de escolas públicas e privadas de Catalão já tiveram acesso a jogos e atividades lúdicas, fundamentais não só para despertar à matemática, mas para torná-la até projeto de vida profissional de alguns desses estudantes. Alguns deles pensam na licenciatura na área.

Nos projetos, equipes de docentes e estudantes da licenciatura visitam escolas para orientar alunos e professores, e há os momentos em que a comunidade vai até o câmpus. Esses são os mais proveitosos e estimulantes.

“No início da visita, antes das atividades, as crianças são interrogadas e majoritariamente respondem não apreciar a disciplina”, diz Juliana Borges da Cunha, coordenadora do projeto Integrar – Escola e Matemática.

Contudo, diz a professora, após envolvimento nas atividades, assim que perguntam sobre os resultados, a maioria costuma responder que “a matemática tornou-se mais divertida”.

“A grande motivação está em ver crianças passando a tarde fazendo contas, raciocinando, desenvolvendo habilidades e felizes por estarem aprendendo e querendo voltar a nos visitar”, diz Juliana.

“Nos relatos de professoras de escolas públicas que acompanhamos, dizem que esse projeto também é importante para estimular o convívio dentro da universidade, pois para essas crianças a universidade está muito distante”.

Torneio

Baseados em competições aplicadas pela Universidade de Lisboa, torneios de jogos matemáticos coordenados pelo professor Porfírio Azevedo Júnior provocam raciocínio e o pensamento estratégico por meio do prazer.

Jogos feitos com material reciclado formam alunos e professores das redes estadual, municipal e particular, servem como estágio para a licenciatura e ainda rendem prêmios em competições entre estudantes, doados por empresas privadas de Catalão.

“Não há diferença no desempenho entre alunos das redes privada ou pública”, diz Porfírio. “Cobramos raciocínio e estratégia, nisso entram em par de igualdade”.

Fotos: Matemática / CAC UFG



Alunos de escolas públicas e privadas participam de torneio, supervisionados por estagiários da licenciatura, em 2012



Acima, Porfírio orienta alunos do Colégio Abrahão André, em Catalão. À esquerda, o professor entrega prêmio ao primeiro colocado no V Torneio de Jogos Matemáticos



Alunos premiados e equipe formada por professores e estudantes do curso de Matemática do CAC-UFG: prazer e raciocínio estratégico ao aprender a disciplina

Mas, ressalta, prêmios para escolas particulares são minoria.

“Porque depende do empenho da escola. Temos três escolas públicas estaduais que fazem torneio interno para selecionar alunos para o nosso torneio”, lembra. São jogos individuais aplicados em três níveis que dividem o ensino fundamental.

Todo trabalho começa na escolha dos jogos. Alunos da licenciatura pesquisam vários tipos e, pela experiência dos anos de torneio, fecharam uma gama de modalidades. Os da categoria mancala (kalah, ouri), bastante antigos, são preferidos.

“Em momento algum substituímos o método tradicional de ensino. As atividades lúdicas são um complemento para motivar o estudo da matemática”, ressalta Juliana.

Sim, porque para desenvolver as atividades, alunos precisam saber conceitos de matemática, fazer contas. “Nas atividades lúdicas, podem perceber e vivenciar a matemática no dia-a-dia”, diz a professora.

Poder público não percebeu importância de projetos

O êxito dos projetos de extensão do curso de Matemática do CAC-UFG depende, em grande parte, do envolvimento e esforço dos poderes públicos municipal e estadual. São necessários convênios com secretarias, para que possam liberar horas aos professores participantes.

“Mas é difícil”, lamenta Porfírio. Nem todo gestor público enxerga a grandeza e a necessidade dos projetos. “Esse ano (2013) não conseguimos convênios, o Estado simplesmente não dá abertura”, comenta.

“Se o Estado não visualiza isso, o professor dificilmente terá esse tempo extra. Mas contamos com a boa vontade de alguns professores, que chegam a colocar alunos no próprio carro e levam pra competições”, conta.



CIDADE DE GOIÁS

Proposta de universidade popular

Aproximação com movimentos organizados transformam campus em laboratório nacional para projetos sociais

A tensão social na Cidade de Goiás – que conjuga uma das elites agrárias mais conservadoras do Estado num dos municípios brasileiros com o maior número de assentamentos rurais em seu arredor – é o laboratório ideal para o projeto de universidade popular que aos poucos se constrói ali, no Campus da UFG.

A efetivação da Turma Evandro Lins e Silva, a primeira graduação em Direito para beneficiários da reforma agrária no Brasil (2006-2011), foi o marco que consolidou nacionalmente essa vocação na cidade. Não só inédita, a experiência que formou mais 50 estudantes vindos do meio rural foi também exitosa: o índice de aprovação dos novos bacharéis foi superior a 60% no exame da OAB.

O curso serviu de modelo para graduações na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS-BA), na estadual da Bahia (UNEB) e na federal do Paraná (UFPR). E foi o estopim para a criação da Licenciatura em Educação no Campo, da pós-graduação em Direitos Sociais do Campo e de uma turma especial de Serviço Social para beneficiários da reforma agrária, projeto em andamento.

“Vim pela possibilidade de construir essa trajetória”, diz Erika Macedo Moreira, entusiasta do projeto de popularização da universidade. “O tesão com Goiás é a possibilidade dessa transformação”, empolga-se.

Por conta da turma Evandro Lins, o campus agregou perfil de professores ligados à luta popular. São docentes jovens, com uma perspectiva crítica do Direito e que fazem pesquisa e extensão na área – o que não ocorre muito na graduação em Goiânia. O JP tem publicado série de reportagens sobre a atuação social desses professores.

“Temos várias brigas internas, departamentais. É no conflito de ideias que as coisas avançam”, detalha Erika. Mas, pondera, “o eixo comum é pensar a universidade popular, uma universidade que dialogue com a realidade social e que se disponha a transformar essa realidade. Não estamos ali só para dar aula”.



Fotos: arquivo pessoal - Erika Moreira

Estudantes da pós-graduação em Direitos Sociais do Campo, do Câmpus Cidade de Goiás: maior parte é de beneficiários da reforma agrária



Macloys Aquino

Júnior Fidelis, procurador do Incra e filho de liderança popular em Goiás; Erika e o mestrando João Victor



Estudantes da pós-graduação participam de oficina de literatura no Câmpus Cidade de Goiás



Jovens moradores da Cidade de Goiás participam de atividade lúdica no câmpus

Erika Macedo é professora do Direito e coordenadora do Observatório Fundiário Goiano (Ofungo), um dentre os vários projetos de extensão ligados a comunidades populares na cidade.

Atenção

Justamente pela tensão social concentrada, a Cidade de Goiás chamou atenção das reuniões da Renap, a Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares,

em 2000. A entidade – que congrega advogados, defensores do Incra, promotores e estudantes na defesa de organizações de luta pela terra no início dos anos 2000 – é que teria dado os passos que logo aproximariam a UFG dos movimentos populares na cidade.

Assim que voltaram os olhos para a Cidade de Goiás, advogados e pensadores do Direito de todo o Brasil, articulados pela Renap, começaram os contatos com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e com universidades. Logo conseguiram a aprovar a Turma Evandro Lins e, assim como Erika (que é do Rio de Janeiro), a maior parte dos primeiros 10 docentes que chegaram à Cidade de Goiás em 2006 é de outros estados.

Falta de políticas de assistência é contracenso

Os cursos oferecidos no Câmpus Cidade de Goiás atuam em três eixos de pesquisa e extensão: assessoria jurídica e popular, educação do campo e documentação e memória. Isso tem proporcionado eficiência na organização dos grupos de luta pela reforma agrária.

O domínio do Direito como uma tecnologia jurídica pode, por exemplo,

melhorar a vida de um assentamento quanto à organização de uma associação, cooperativa, no planejamento e no escoamento da produção, etc.

Ainda não há pesquisas que avaliem os resultados sociais dessas frentes de atuação. Mas visível e indiscutível é a democratização do acesso à universidade pública. “Para não dizer todos, mas 90% dos estudantes que

recebemos eram os primeiros de suas famílias ou comunidades a entrar num curso de Direito numa universidade pública”, diz Erika.

O objetivo imediato dos professores é fazer vestibular regular e todo ano abrir vaga para turmas de beneficiários da reforma agrária. “Não é possível? Então que a cada cinco anos saia uma e entre outra

turma, por que não?”, projeta Erika. “O limite é sempre dotação orçamentária”, explica.

Além disso, as políticas de assistência aos estudantes são insuficientes. Não há moradia estudantil na Cidade de Goiás, não há um restaurante universitário popular, o que, para professores, é um contracenso ao projeto que se constrói na cidade.

Salto cinematográfico de Lisandro

No momento da maior produção audiovisual da história do País, professor da Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) assume a Cinemateca Brasileira e será o responsável pela preservação, restauração e difusão do maior acervo da TV e do Cinema nacionais

Para muitos, assumir a Cinemateca Brasileira hoje é descascar um imenso abacaxi. Quase paralisado, o órgão sofre com esvaziamento do corpo técnico, o que afetou as atividades de preservação, restauração, catalogação e difusão da maior memória audiovisual da TV e do Cinema brasileiros.

Tudo efeito de uma auditoria da Controladoria Geral da União (CGU) iniciada no final de 2012 que, por suspeitas de desvios nos recursos repassados pelo Ministério da Cultura nos últimos anos, suspendeu os repasses. No início do ano, o então diretor Carlos Magalhães foi demitido pela ministra Marta Suplicy, e junto com ele uma leva de servidores.

Mas para o professor da UFG Lisandro Nogueira, primeiro goiano a assumir a Cinemateca desde sua fundação (1956), a indicação é o coroar de uma carreira de 30 anos dedicada ao Cinema. É também um sinal de descentralização da política cultural nacional. Além, claro, de um enorme desafio. “A partir de novembro (nomeação), não sei como vou dormir”, comentou.

Ele tem razão: segundo o Plano de Diretrizes e Metas para o Audiovisual 2013, da Agência Nacional do Cinema (Ancine), o cinema vive momento extraordinário com a maior produção da história do Brasil.

Lisandro – que é bem relacionado no meio do cinema nacionalmente, amigo de cineastas, produtores, empresários, atores, até por causa de sua passagem pela Escola de Comunicações e Artes (ECA-USP) – foi indicado pelo cineasta e membro do Conselho da Cinemateca Cacá Diegues. Disputou com outros dois nomes. A lista seguiu para a Ministra Marta Suplicy, que bateu o martelo sobre o nome do goiano.

Lisandro recebeu o **JP** no fim de outubro, em sua casa, em Santo Antônio de Goiás.

Jornal do Professor – Como recebeu a notícia da indicação do seu nome para a Cinemateca?

Lisandro Nogueira – De forma natural, sem afetação. Isso aconteceu porque se construiu alguma coisa. Em 30 anos, trabalhei só com Cinema, ou como professor, ou como organizador de mostras, debates, exibição de filmes. Também trabalhei com preservação (criei o Centro de Documentação – Cedoc – do Grupo Jaime Câmara). Só de ser indicado já era maravilhoso, já era o coroamento da minha trajetória no Cinema.

JP – O que essa escolha significa para Goiás?

Lisandro – Uma conquista de todo mundo. Um nome desse não sai de Goiás para São Paulo só por mim, Lisandro. Algo foi construído aqui para elevar um nome, como outros surgiram e outros vão surgir. É especial porque São Paulo é muito auto-centrado. Quando procuram um nome fora, vão atrás de um carioca. Se não tem, buscam um gaúcho, um mineiro de Belo Horizonte, um baiano, senão um pernambucano. Em último caso, vão à Fortaleza ou Manaus. Não vão procurar em Goiás. Então um goiano ir para a Cinemateca, uma entidade muito paulista, mostra que o Brasil está mudando, que as pessoas podem ter destaque regional e ir para o plano nacional, o que não era comum há um tempo atrás.

JP – A produção cinematográfica goiana não tem visibilidade nacional, não há política de produção, difusão ou preservação do acervo visual goiano. Por que essa escolha?

Lisandro – Você diz que não tem visibilidade, mas tem. Goiás é reconhe-

cido fora no meio audiovisual. Pelos festivais, por alguns filmes que já despontam. Claro que tem a ver o fato de eu também ter um pé aqui e outro fora (na USP e na PUC-SP).

JP – Mas essa escolha terá reflexo na cultura cinematográfica em Goiás?

Lisandro – De maneira geral, sim. Apesar de que vou trabalhar num órgão que não faz produção de filmes, é um órgão de preservação e restauro de filmes. Mas também exhibe e faz pesquisa sobre Cinema e audiovisual. Lá tem biblioteca, centro de informação, duas salas de cinema enormes. São galpões enormes, parecem fábricas. Toda a memória do audiovisual brasileiro da TV e do Cinema está lá. Então a produção também pode ganhar com isso, contatos, intercâmbios. Tem um trabalho feito no MIS (Museu da Imagem e do Som, Goiás) pela Tânia Mendonça (Secult), muito atuante, que fez muita coisa importante, que certamente terá uma ponte muito boa (com a Cinemateca). A Ancine também é uma parceira.

JP – Você é promotor da cultura cinematográfica em Goiás. Vai ser possível conciliar esse papel com o cargo na Cinemateca?

Lisandro – Acho que sim, talvez não nos mesmos moldes, uma presença intensa. Mas acho que vai inclusive fortalecer isso. Acho que vou ajudar mais ainda a expansão do audiovisual e do cinema em Goiás. Estabelecer um lugar num grande centro acaba devolvendo e ajudando, ampliando. Claro que não terá a mesma presença, vou morar em São Paulo. Mas estarei sempre por aqui.

QUEM É • Lisandro Nogueira

Professor de Cinema (UFG) desde 1989, mestre em Cinema e Televisão (USP), doutor em Cinema e Jornalismo (PUC-SP). Membro da Sociedade Brasileira de Cinema e de seu Conselho Deliberativo; parecerista da Socine, da revista Significação (USP) e da Editora Abril; crítico de cinema da TV Anhanguera/ Rede Globo. Consultor de cinema do FICA - Festival Internacional de Cinema e Video Ambiental (Goiás) desde 2003. Coordenador e curador de mostras do Cine-UFG



Lisandro, ao lado do pé de laranja-da-terra, no quintal de sua casa, em Santo Antônio de Goiás: desafio de preservar em película produção cinematográfica digital brasileira



Galpões da Cinemateca Brasileira, na Vila Clementino, em São Paulo, guardam o maior acervo de imagens em movimento da América Latina: são 200 mil rolos de filmes, correspondentes a 30 mil títulos



Fachada do Cine UFG, no Campus Samambaia, coordenado por Lisandro: com a mudança do professor para São Paulo, ainda não há, segundo a Proec, substituto para o cargo

JP – O ex-diretor da Cinemateca foi afastado em janeiro e você nomeado em novembro. Nesses dez meses, o que teria ocorrido na Cinemateca?

Lisandro – Não me interessa muito, meu negócio é daqui para frente.

JP – Mas você tem ido lá semanalmente, tomado pé...

Lisandro – Sim, tomei pé. Teve uma crise administrativa, que é normal em instituições públicas, que hoje vivem um momento de redefinição em relação à velocidade do mundo. Muitas vezes há atropelos no meio do caminho, o que é natural. A CGU está lá observando o que aconteceu no passado. Minha missão é por a Cinemateca para voltar a funcionar, dar vida nova. Dando continuidade ao trabalho muito bom feito lá pela gestão anterior, na preservação, no restauro, na difusão, na documentação e pesquisa. Vou dar continuidade ao trabalho, claro, com uma nova forma de ver.

JP – Esse bom trabalho se refere especificamente a que época?

Lisandro – Recente, os últimos seis, sete anos. Muito bom o trabalho da equipe comandada pelo senhor Carlos Magalhães.

JP – Você vai nomear pessoas?

Lisandro – Lá tem um corpo de funcionários públicos federais. E a Cinemateca trabalha com projetos licitados pelo governo, empresas levam mão de obra. A preservação e o restauro são áreas muito específicas, com mão de obra muito específica. As pessoas não tem ideia de que para restaurar um filme às vezes se demora um ano ou mais, é um trabalho quase artesanal. Aí é que se vê a importância de uma entidade que não pode parar por conta de crise, que é uma história menor dentro dela.

JP – Você tem um projeto de reestruturação?

Lisandro – Hoje há um problema gravíssimo em relação à memória de imagem de movimento, ou mesmo da fotografia, que as pessoas acham que o digital preserva, porque está dentro da memória de um computador. Pelo contrário, com a mudança constante de suportes e

de tecnologia, o digital é mais perecível que uma película química, que é do início do Século XX. Já se faz agora algo que até pouco tempo era impensável, transferir produções em digital para película. Parece meio doido, mas já está sendo feito.

JP – Na Cinemateca?

Lisandro – Sim. Porque viu-se que a preservação pela película é mais confiável, dura mais. Não há garantias de que o digital vá durar daqui décadas, por mudanças de suporte e tecnológicas de todo tipo. Então preservar memória audiovisual é complicadíssimo. Na Cinemateca, os filmes de acetato, altamente inflamáveis, ficam separados sob segurança. Depois vieram os outros filmes da Kodak, plus X e outros... Imagine, a produção audiovisual é cada vez maior, quando se produz um filme no Brasil você é obrigado a fazer um depósito legal na Cinemateca. A grande memória audiovisual está lá, na Vila Clementino, porque os Estados também tem museus de imagem e do som, cinematecas regionais, mas a parte significativa da memória audiovisual está lá.

JP – É alta a responsabilidade...

Lisandro – Todos os países potências mundiais tem cinematecas fortíssimas, além de museus. Nos Estados Unidos, pode ter crise que eles despejam milhões e milhões de dólares na Biblioteca do Congresso, em Washington, todo ano. Porque sabem que a memória visual é fundamental para formar um pensamento, a cultura de um país. O quinto item de exportação dos EUA é cinema. E não é só porque eles ganham dinheiro, mas é porque exportam uma maneira de viver, uma ideologia através da cultura cinematográfica. Eles preservam isso muito bem porque sabem que é um grande trunfo, é um pilar político para uma potência. O Brasil nos últimos 20 anos tem se dado mais conta disso. A Rede Globo tem um centro de documentação que é uma das coisas mais extraordinárias do Brasil. Goste ou não, a memória da produção da Globo é uma memória fortíssima do nosso imaginário e está lá, em Jacarepaguá (RJ), mas a parte mais significativa dessa memória, como um todo, está na Cinemateca

Brasileira. Então é uma responsabilidade enorme. A partir de novembro, quando eu for nomeado, não sei nem como vou dormir (risos). A primeira coisa que eu quis conhecer quando cheguei lá foram a brigada de incêndio e as medidas de segurança. Ali está parte significativa do patrimônio da memória nacional.

JP – Você incentivará a produção em película?

Lisandro – Não é uma questão de incentivo. Eu tenho é que estar atento a todas as tecnologias, porque a preservação e o restauro estão ligados a todas, e com pessoas altamente especializadas, profissionais formados ao longo de décadas, como tem lá. É um trabalho muito específico.

JP – Esse cargo será mais político que com o que você costuma lidar, na promoção de cultura, certo?

Lisandro – Não só político, mas administrativo e técnico. Mas a Cinemateca é um elo de difusão, preservação e restauro, são coisas ligadas uma na outra.

JP – Como será seu afastamento da UFG?

Lisandro – A ministra Marta Suplicy (Cultura) fez o pedido e para reforçar veio também o pedido do ministro da Educação, Aloizio Mercadante, para o reitor Edward Madureira. Como sou servidor público federal e a Cinemateca é um órgão público federal, o MEC cede um servidor para o MinC. Quero deixar claro que nada disso seria possível sem a UFG, que me formou, me deu oportunidades para ir para Rio e São Paulo. Minha gratidão à UFG é enorme, sem ela eu não teria sido nada na vida. Sou muito grato pela oportunidade do Cine UFG. E vou continuar orientando meus cinco mestrandos (na Faculdade de Informação e Comunicação - FIC).

“ Os países potências mundiais tem cinematecas fortíssimas, além de museus. Nos Estados Unidos, pode ter crise que eles despejam milhões e milhões de dólares na Biblioteca do Congresso, em Washington, todo ano. Porque sabem que a memória visual é fundamental para formar um pensamento, a cultura de um país ”

IARA BARRETO

Feliz é quem cruza seu caminho

Muitas foram as vidas de alunos transformadas pelo contato com a fundadora da Faculdade de Nutrição

Iara Barreto chega de táxi ao encontro marcado com o **JP**. Há dois anos, um sobrinho-neto nasceu com complicações e precisava de UTI. Não havia vaga no SUS e o leito naquela maternidade particular custava R\$ 2 mil o dia. “Pois interne”, ordenou a professora ao médico. Ela vendeu o carro para pagar. Hoje o sobrinho está saudável e ela corre toda a cidade de táxi.

Iara é assim. Não mede esforços para ajudar quem cruze seu caminho. Em 47 anos como professora, foram muitas as vidas transformadas a partir do encontro com a carioca, aposentada e fundadora da Faculdade de Nutrição, ex-pró-reitora de Assuntos Comunitários (Procom) e de Graduação (Prograd), membro do Conselho Estadual de Educação e uma das servidoras mais queridas da UFG.

Filha de oficial da Marinha e de dona-de-casa, Iara começou a vida profissional aos 20 anos, como professora de uma escola primária rural de Campo Grande, bairro da zona oeste do Rio de Janeiro. Nenhuma das crianças da turma, de 8 a 13 anos, sabia ler ou escrever. Primeira medida: sair com o grupo pelas ruas e observar fachadas onde se liam “quitanda”, “açougue”...

A meninada não sabia ler, mas sabia dizer o que estava escrito nas placas. Iara pegava os nomes que identificavam, des-trinchava as letras em papéis recortados para novamente juntá-las e dar o sentido das palavras. Logo as crianças começavam a entender e juntar letras para formar novos vocábulos.

“Professora, as mães estão preocupadas porque você não pediu a cartilha”, advertiu a diretora da escola. As crianças acumulavam cartilhas dos anos anteriores e nem por isso estavam alfabetizadas. Então Iara continuou com seu método até que um dia a diretora interrompeu sua aula. “Posso assistir, professora?”, e entrou. Os alunos, em reverência, se levantaram todos, em silêncio, enquanto a superior se sentava ao fundo.

Depois de alguns minutos a diretora interrompe novamente. “Posso escrever uma frase no quadro?”, pediu e foi à lousa cheia de consoantes, “lhs”, “chs”, tudo para dificultar. Escreveu uma frase imensa e disse “leiam”. “Aqueles educadinhos que levantaram sem fazer barulho quando a diretora



Iara Barreto, em seu apartamento, no Setor Bueno, em Goiânia: ela planeja voltar para o Rio de Janeiro em no máximo três anos, porque lá pessoas “idosas são mais bem acolhidas”

VIDA PROFISSIONAL

Iara Barreto chegou à Goiânia em fevereiro de 1976, aprovada em concurso do INSS. Graduada em Nutrição pela UERJ, logo foi convidada pela UFG para inaugurar o curso de Nutrição. Foi a primeira a dirigir o Departamento de Nutrição (1982-1985), e, mais tarde, a Faculdade de Enfermagem e Nutrição (1990-1993). Foi pró-reitora de Assuntos Comunitários (1994-1997) de Graduação (1998-2001, quanto aposentou-se). Dá nome ao CA de Nutrição

chegou, se jogaram. Teve quem caiu por cima do outro, pra falar em coro a frase”, lembra Iara, com lágrimas nos olhos.

No fim daquele ano letivo, uma mãe lhe chega com uma trouxinha numa mão e a menina na outra. E pediu: “Tia, leva minha filha para sua casa, para passar as férias, ela gosta tanto de você...”. Não havia sequer telefone para dar notícias da menina à mãe. “Você é louca?!” , esbravejou a mãe de Iara, vendo a filha chegar em casa com a criança.

Ali, Iara começava a desenvolver uma das suas maiores virtudes: a de romper os limites entre emprego e vida privada, tudo em nome da educação de crianças e jovens com dificuldades na alfabetização. Foram vários os momentos da vida em que ela pagou transporte, alimentação e educou no próprio lar crianças com deficiências educacionais ou com problemas em casa.

Batente de dez horas por dia

Mesmo aposentada, Iara Barreto trabalha, em média, dez horas por dia. Às sextas-feiras, trabalha quase dezesseis horas, porque participa da reunião do Conselho Estadual de Cultura, onde preside a Câmara de Educação Superior. Atualmente, dirige uma faculdade particular em Aparecida de Goiânia onde tenta aprovar, junto ao MEC, uma pós-graduação profissional.

“E não tomo remédio para dormir”, conta rindo, ela que participa de palestras e conferências sobre Direito, novas tecnologias, reuniões políticas de várias vertentes, para muito além da Nutrição, sua especialidade. “Adoro me informar”, diz.

Na conversa com o **JP**, Iara fez um apanhado sobre a nutrição na escola: “Algumas regiões do País praticam a agricultura orgânica para merenda escolar. Isto deveria ser acompanhado ponto a ponto para se fazer uma dieta mais adequada”.

Falou de política: “As questões rolam no mundo e as pessoas ficam com a versão dada pelos meios de comunicação. Admite e acabou. Não há uma tentativa de de interpretação, fazer contraponto. Não acho que é bem assim”.

E da vida urbana: “Na minha infância eu comia arroz, feijão, tinha horta em casa, a gente era acostumado a comer frutas do quintal. Hoje a criança quer suco de laranja, vai no supermercado e compra um de caixinha, cheio de sódio”.

Café, lições de Português e Esperança



Reprodução / álbum de família

Aos 20 anos, Iara Barreto foi designada para fazer o senso escolar na Penha, no Rio de Janeiro. Escalando o morro por degraus cavados na terra, a professora se deparou um barracão e, ali dentro, sentada num canto, uma senhora alcoolizada com os filhos: Vilma Esperança, de 13 anos, Luiz Carlos Esperança, de 11, e José Carlos Esperança, de 7. Nenhum lia. Iara os conclamou: todos os dias, às 7 horas, iriam à sua casa, onde tomariam café e lições de Português. Isso durou um ano. Depois, Iara perdeu o contato. Anos mais tarde, um rapaz bate à sua porta. Era Luiz Carlos Esperança, que havia entrado para a Marinha e procurava Iara para dar um abraço, agradecer pelo que havia feito à família.